

**LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO:  
porta-vozes da educação antirracista no Brasil**

**LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO:  
portavoces de la educación antirracista en Brasil**

Luana Diana dos Santos<sup>1</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Em 9 de janeiro de 2003, ao sancionar a Lei Federal n.º 10.639, de maneira inédita, o Estado brasileiro não só reconheceu a persistência do racismo no país, como também seus impactos nefastos na educação. Com a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira no cotidiano escolar, a referida lei vem desencadeando uma série de mudanças nos espaços de conhecimento, do nível básico ao superior. Desde a sua promulgação, observa-se uma maior oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores para o trato da diversidade, bem como a revisão de discursos, práticas, currículos e materiais didáticos. Notadamente, a legislação educacional vigente tem contribuído sobremaneira para o processo de reeducação da sociedade para as relações étnico-raciais. Nas linhas que se seguem, a fim de materializar os objetivos deste artigo, apresentarei o protagonismo de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, intelectuais e ativistas da causa negra, na promulgação da Lei n.º 10.639/2003. Por meio da análise crítica de artigos escritos e entrevistas concedidas por ambas nos anos finais das décadas de 1970 e 1980, é possível perceber nitidamente que, 30 anos antes da criação da lei acima mencionada, Gonzalez e Nascimento já apregoavam a necessidade de se construir uma educação antirracista. Uma educação comprometida com a valorização dos saberes produzidos pelo povo negro, capaz de fazer frente aos mecanismos de exclusão vivenciados por esse grupo social.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para atingir os objetivos deste trabalho, trilhei alguns percursos. Além de mapear e analisar artigos e entrevistas dos anos de 1970 e 1980, em que Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento denunciaram a negação do direito à educação à população afro-brasileira

---

<sup>1</sup>[tolentinolua@gmail.com](mailto:tolentinolua@gmail.com) (Luana Tolentino)

(Gonzalez, 2018; Nascimento, 2021) e propuseram caminhos para a efetivação de uma educação antirracista, debruçei-me sobre documentos legais que normatizam e orientam a promoção de uma educação antirracista (Brasil, 2003; 2004). Do mesmo modo, busquei fazer uma interlocução com pensadores e pesquisadores que são referências nessa área de conhecimento, como Nilma Lino Gomes (2018), Kabengele Munanga (1995) e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011).

## **METODOLOGIA**

Sobre a metodologia adotada neste trabalho, julgo importante destacar que, como reflexo dos avanços promovidos pela Lei n.º 10.639/2003, felizmente, hoje as entrevistas e artigos de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento são facilmente encontrados, uma vez que foram compilados em coletâneas e publicados por grandes editoras nacionais (Gonzalez, 2018; Nascimento, 2021). A maior circulação do pensamento de Gonzalez e Nascimento é percebida de maneira recorrente também em teses, dissertações, congressos e seminários, o que era praticamente inexistente antes dos anos 2000. Desse modo, a metodologia utilizada para alcançar os objetivos deste trabalho consistiu no levantamento de artigos e entrevistas destas intelectuais publicadas entre os anos 1970 e 1980, nas quais ambas dissertaram sobre a persistência do racismo no sistema escolar, assim como exigiram medidas que garantissem o ingresso e a permanência de sujeitos negros nos bancos escolares.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

Analisando e interrogando os textos e as declarações de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, constatei que, embora o pensamento de ambas ainda seja pouco explorado no campo da Educação das Relações Étnico-raciais, elas apontaram caminhos para a criação da Lei n.º 10.639/2003, bem como para a construção de práticas pedagógicas e políticas educacionais antirracistas. Nascida em Belo Horizonte no dia 1.º de fevereiro de 1935, a antropóloga mineira não hesitou em apontar a escola como instrumento eficaz de propagação e manutenção do racismo. A esse respeito, escreveu: Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não teremos dificuldades em perceber o que o sistema destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos

momentos de recreação apontam para o processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao terceiro grau já não mais se reconhece como negra. E são exatamente essas “exceções” que, devidamente cooptadas, acabam por afirmar a inexistência do racismo e de suas práticas. Quando se dá o oposto, isto é, a não aceitação da cooptação e a denúncia do processo de superexploração a que o negro é submetido, surge imediatamente a acusação de “racismo às avessas” (Gonzalez, 2018, p. 70). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, a sergipana Beatriz Nascimento, nascida em 17 de julho de 1945, destacou as diversas formas de ultraje experimentadas por meninas e meninos pretos ao longo do percurso escolar: a violência como uma espécie de “rito de passagem”, o silêncio dos professores e a ausência de “espelhos” nos quais esse grupo possa ver sua imagem refletida de forma positiva. São da historiadora as palavras a seguir: Quando eu comecei a mergulhar dentro de mim, como negra, foi justamente na escola que era um ambiente em que eu vivia com a agressão pura e simples, com o isolamento, com as interpretações errôneas, estúpidas das professoras, a ausência das pessoas da minha cor na sala de aula, a falta de referência. No meu caso específico, o mecanismo para romper com esta situação de adversidade em que eu vivia era justamente estudar e tirar cem, que era a nota máxima da minha época. Eu era uma criança extremamente bem comportada na escola primária, muitas vezes era elogiada pelas professoras porque eu era a mais educada, não pedia nem para ir lá fora durante a aula. O que eu era, era muito reprimida (Nascimento, 1982 *apud* Ratts, 2021, p. 118). Para juntar às citações anteriores, neste artigo, apresentarei tantas mais que evidenciam a relevância das reflexões e das ações de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento para que atualmente o Brasil tenha uma série de programas e projetos voltados para a equidade racial na educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Passadas mais de duas décadas da promulgação da Lei n.º 10.639/2003, em que os avanços são inegáveis e os desafios para a superação do racismo no cotidiano escolar continuam imensos, é fundamental destacar o valor inenarrável do pensamento e do ativismo de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento para a assunção de práticas e atitudes alinhadas com as premissas da referida lei, como também a relevância dessas intelectuais para pesquisas e estudos relativos à Educação das Relações Étnico-raciais.

**Palavras-chave:** Lélia Gonzalez; Beatriz Nascimento; Intelectuais negras; Educação antirracista; Lei n.º 10.639/2003.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei n.º 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília: MEC, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: União de Coletivos Pan-Africanistas, 2018. p. 190-214.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005. p. 15-20.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. *In*: RATTIS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 109-119.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Entre Brasil e África**: construindo conhecimento e militância. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.